



Memórias e Arquivos: Mapear o (In)tangível. Perspetivas do projeto InMAP

Ana Carvalho^a, Paulo Batista^b

^a CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Portugal, arcarvalho@uevora.pt

^b CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Portugal, pjmb@uevora.pt

Resumo

Nas últimas décadas aumentou significativamente o número de novos serviços de informação (museus, bibliotecas, arquivos) e outras organizações (universidades, escolas, associações). Identificam-se alguns aspetos que contribuíram para essa realidade: o desenvolvimento da História oral reforçou a necessidade de documentar as memórias de pessoas, comunidades e participantes de eventos passados; o impacto da Convenção da UNESCO (2003) para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI) evidenciou a necessidade de valorizar e documentar saberes e práticas tradicionais para um futuro sustentável; e a necessidade de enriquecer os arquivos oficiais com as experiências e a participação das comunidades.

Muitos desses arquivos de memória recente contêm gravações sonoras/audiovisuais, fotografias e outros documentos relacionados com a preservação da memória e com a documentação do PCI, em formato analógico-digital. Por outro lado, muitos destes novos arquivos e repositórios têm sido impulsionados pelas tecnologias digitais, cujo desenvolvimento trouxe mudanças e desafios para os serviços de informação e respetivos profissionais, pedindo novas competências e conhecimentos.

O projeto **InMAP-Memórias e Arquivos: Mapear o (In)tangível (2024-2025)** analisa a situação dos arquivos de memória portugueses criados nas últimas duas décadas por organizações patrimoniais. Além de caracterizar esses arquivos que documentam o PCI e a História oral, importa compreender a dimensão das barreiras à documentação, preservação, acesso e comunicação. O diagnóstico contribuirá para informar políticas públicas nesse âmbito.

O estudo combina um conjunto de instrumentos de análise, que incluem um inquérito por questionário, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Esta apresentação discutirá os objetivos do projeto InMAP.

Palavras-chave: Património imaterial – documentação, preservação digital, acesso digital, história oral

Introdução

Nas últimas décadas observamos um número crescente de arquivos e repositórios que documentam a memória e o património vivo (o Património Cultural Imaterial - PCI). Neste contexto, destaca-se o desenvolvimento da História oral, que reforçou a necessidade de documentar as memórias das comunidades e participantes em eventos passados. Em Portugal, a emergência da História oral é mais recente do que noutros países (Oliveira 2010). Embora se observe o uso de testemunhos orais em várias áreas de investigação ao longo do séc. XX, é principalmente a partir dos anos 1990 que surgem os primeiros programas de história oral (ex., o Centro de Documentação 25 de Abril/*Projeto História Oral - O 25 de Abril contado pelos protagonistas*, entre 1991-2008). Além disso, é de notar que apenas em 2000 a História oral é reconhecida como disciplina de ensino na universidade, institucionalizando-se (Oliveira 2010).

O relevo crescente da História oral é observável, nomeadamente através do aparecimento de novos arquivos em instituições de memória. Mais recentemente, a criação de novos museus parece consubstanciar uma tentativa de construir uma política de memória (Almeida 2023), com o apoio de programas de história oral, como é o caso do Museu do Aljube: Resistência e Liberdade (2015) e do Museu Nacional Resistência e Liberdade (2017).

Por outro lado, tem tido particular influência a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), quanto à importância de registar e documentar as práticas tradicionais, i.e., o PCI. Um dos resultados da Convenção de 2003 tem sido a crescente consciencialização de que devem ter lugar novas iniciativas para identificar o património vivo de cada território (Carvalho 2011, 2022a). Um dos impactos mais visíveis da Convenção de 2003 a nível mundial tem sido o lançamento de processos “participativos” de inventário e documentação do PCI. Em 2017, Sousa identificou 158 inventários de PCI disponíveis em formato digital a nível mundial. Estes dados confirmam que a maioria dos inventários foi lançada após a ratificação da Convenção por cada país, considerando que a elaboração de um ou mais inventários de PCI é requisito obrigatório (UNESCO 2003, Art. 12). Assim, identificar (e documentar) o PCI tem sido uma palavra-chave para o desenvolvimento de planos de salvaguarda, pois permanece uma questão central quando se trata de pôr em ação qualquer estratégia neste domínio. Similarmente a outros países, em Portugal um maior foco na elaboração de políticas para a salvaguarda do PCI seguiu-se à ratificação da Convenção (em 2008). Consequentemente, em 2011, foi lançado o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, e novos inventários e arquivos foram organizados para apoiar candidaturas às Listas de PCI da UNESCO (ex. o Fado, a Dieta Mediterrânica), ou iniciativas como a “Paisagem Id”, uma base de dados temática do PCI (Alentejo). Outros casos podem ser referidos: a MEMORIAMEDIA, e-Museu do Património Cultural Imaterial (ONG), que inventaria e divulga manifestações do PCI desde 2006. Mas também

vários museus têm criado na sua estrutura arquivos (ex., Arquivo de Fontes Orais no Museu Municipal de Palmela; Centro de Memórias no Museu do Trabalho Michel Giacometti; Arquivo de Memórias da Pesca do Bacalhau no Museu Marítimo de Ílhavo).

Estes “arquivos de memória recente”, como os podemos designar, contêm registos de gravações de som e vídeo, fotografias e/ou outros documentos relacionados com a preservação da memória e com a documentação do PCI, seja em formato analógico ou digital. Por outro lado, muitos destes projetos envolvendo a História oral e/ou documentação de PCI têm-se desenvolvido abundantemente com o apoio das tecnologias digitais (veja-se Severo & Cachat 2016; UNESCO 2021; Carvalho 2022b), ora expandindo-se do físico para o território digital ora afirmando-se exclusivamente como projetos digitais.

Estes novos arquivos e repositórios evidenciam a história, a criatividade humana, a identidade e a diversidade cultural. Contudo, no panorama português, se relativamente a outras tipologias de arquivos existe informação mais estruturada que identifica desafios-chave a superar (ex., Neves, Lima & Santos 2003; Guimarães e Paz 2014; Batista 2015; Batista 2017; Batista & André 2022, 2023; Bugalhão, Sousa & Bragança 2020), há uma lacuna de informação relativamente à situação destes “arquivos de memória recente”. Embora alguns estudos (IMC 2010; Sousa 2017; Santos, Serôdio & Ferreira; Ruivo 2019) tenham apresentado alguns dados, não fornecem um quadro sistematizado da situação de modo a apresentar recomendações para a elaboração de políticas. Seja um museu, uma biblioteca ou um arquivo, apesar das suas especificidades, partilham desafios comuns (Filipe, Serôdio & Silva 2021). Entre esses desafios está a digitalização, a preservação digital (UNESCO 2003a) e as políticas de acesso aberto para o património em domínio público (Europeana 2010), entre outros. Assim, várias questões permanecem sem resposta. Para além de uma melhor preservação digital e divulgação destes recursos, disponíveis online (ou não): qual é o seu impacto? Quem os está a usar? Como, e para que propósitos? São um fim em si mesmos? Estão a gerar outras iniciativas?

É, considerando a falta de informação sistematizada que possa informar sobre a caracterização, desenvolvimento e impacto destes arquivos na sociedade, que surgiu o projeto InMAP – Memórias e Arquivos: Mapear o (In)tangível (2024-2025).¹

Projeto InMAP: objetivos e metodologias

O projeto InMAP pretende analisar a situação, a nível nacional, dos arquivos de memória recente (e.g. arquivos que documentam o PCI e a História oral) criados nas últimas duas décadas por instituições ligadas ao património (e.g., museus, bibliotecas, arquivos, universidades, associações). Para além de uma caracterização destes arquivos, é essencial compreender a escala e a extensão das barreiras à documentação, preservação e acesso destes acervos.

Assim, o projeto visa responder a duas questões centrais: qual é a situação e evolução destes arquivos? Quais são os principais problemas e desafios para a documentação, preservação digital e acesso? Entre os aspetos a inquirir destacam-se os seguintes:

- a. Elementos de caracterização: quem, onde, porquê e com que objetivos?
- b. Qual é a escala e dimensão destes arquivos ou repositórios?
- c. Que sustentabilidade? Que recursos humanos e competências técnicas e digitais?
- d. Que património, que domínios e temáticas?
- e. Qual é a situação relativamente ao inventário e à documentação? Que sistema de informação, normas e vocabulários controlados?
- f. Qual é o nível de digitalização? Que prioridades, requisitos de qualidade e normas técnicas?
- g. Como se perspetiva a preservação digital? Que estratégias?
- h. Como se aborda a privacidade e o consentimento?
- i. Como se concretiza o acesso digital e físico?
- j. Como é entendida a participação das comunidades?
- k. Que recursos são disponibilizados? (ex. recursos educativos, exposições, etc.)

O projeto InMAP tem por base um conjunto de instrumentos de análise, combinando métodos de investigação quantitativa e qualitativa: 1) revisão da literatura sobre os principais tópicos da investigação²; 2) mapeamento preliminar das instituições a inquirir (c. 150 entidades e iniciativas mapeadas); 3) inquérito por questionário (administrado online, LimeSurvey) – em elaboração – para recolher evidências sobre a situação destes acervos, a partir dos aspetos já mencionados; 4) entrevistas semiestruturadas junto de profissionais das entidades inquiridas, considerando a diversidade da amostra; e 5) grupos focais, trazendo as vozes de todos os atores interessados a participar na discussão dos problemas identificados no terreno e a contribuir para um possível roteiro de futuras medidas de política pública nesta área.

O projeto tem uma equipa interdisciplinar e inclui duas instituições colaborativas com responsabilidades em matéria de políticas públicas: o OPAC, Observatório Português das Atividades Culturais, e o Património Cultural I.P, que tem responsabilidades na definição de uma estratégia nacional de salvaguarda do PCI.

Conclusões

A documentação, preservação e acesso contribuem para salvaguardar o PCI. Desta forma, o projeto InMAP está alinhado com o enquadramento nacional de salvaguarda do PCI, e finalmente com a Convenção da UNESCO de 2003.

Esta investigação realiza-se também no espírito da Convenção de Faro (Conselho da Europa, 2005) e está em consonância com a Estratégia Digital Europeia, subscrevendo a ideia de que a transformação digital contribui para uma sociedade mais aberta, democrática e sustentável. Além disso, endossa os

princípios da Europeia e segue a Carta da UNESCO sobre a Preservação do Património Digital (2003) no que se refere à necessidade de desenvolver estratégias para a preservação digital.

A investigação responde a vários objetivos. Em primeiro lugar, apresentará um diagnóstico da situação, identificando necessidades e desafios, e informará o desenvolvimento de planos para mitigar esses problemas. Desta forma, será produzido um documento final que incluirá recomendações no campo das políticas públicas que tenha em conta as especificidades destes arquivos e repositórios.

Em segundo lugar, este estudo ajudará a sensibilizar para a valorização destes recursos, contribuindo para a salvaguarda deste património. Por conseguinte, está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, nomeadamente o 11.4, que apela para "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo" de modo a "tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguros, resilientes e sustentáveis" (Objetivo 11).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Joana (2023) - Memórias e Experiências para além da Exposição: (re)visitar o Passado no Museu do Aljube. *MIDAS - Museus e Estudos Interdisciplinares*, 16. Disponível na Internet:<URL:<https://doi.org/10.4000/midas.4211>>.

ANDRADE, Maria Colaço de (2008) - *Arquivos orais em Portugal - que testemunhos? Uma reflexão sobre arquivos de oralidade em Portugal*. Universidade de Évora. 154 p. Dissertação de mestrado. Disponível na Internet:<URL:<http://hdl.handle.net/10174/18392>>.

ANDRÉ, Paula; BATISTA, Paulo (2022) - Nota de Apresentação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* (7-12), vol. Extra 1. Disponível na Internet: <URL:https://doi.org/10.14195/2182-7974_35_2>.

BATISTA, Paulo; ANDRÉ, Paula (2023) - Metageografia dos Arquivos de Arquitetura. Nota de Apresentação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XXXV (2): 7-11. Disponível na Internet:<URL:https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2023_1>.

BATISTA, Paulo (2015) - A Gestão Integrada da Informação no Arquivo Municipal de Lisboa. *12º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: Ligar. Transformar. Criar Valor*, 1-4, atas, Évora: BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Disponível na Internet:<URL:<http://hdl.handle.net/10174/27826>>.

BATISTA, Paulo (2017) - *La Serie Documental "Expedientes de Obras Particulares" por el Municipio de Lisboa: Análisis de su Sistema de Gestión*. Alcalá: Facultad de Filosofía y Letras. 972 p. Tese de doutoramento. Disponível na Internet:<URL:<https://escuela-doctorado.uah.es/es/tesis/tesis/>>.

BATISTA, Paulo (2019) - A Gestão da Unidade de Informação Processos de obra Particulares nos Municípios Portugueses. *Encontro Nacional de Arquivos Municipais: Gestão documental: Interoperabilidade e Acesso Continuado*, 13, atas, Cascais: BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Disponível na Internet:<URL:<http://hdl.handle.net/10174/27825>>.

BATISTA, Paulo (2022) - Os Arquivos Privados de Arquitetos: Problemas, Desafios e Oportunidades. *5.º Encontro BAD ao Sul: Arquivos, Bibliotecas e Museus do Sul: o Lugar na Comunidade - Que Serviços e Projetos?* 1-13, atas, Redondo: BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação. Disponível na Internet:<URL:https://eventos.bad.pt/wp-content/uploads/2018/01/5BADaoSul_Paulo_Batista.pdf>.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Ana Catarina; BRAGANÇA, Filipa (2020) - Os Arquivos Pessoais de Arqueólogos em Portugal (1800-1974). *George e Vera e o Estudo do Megalitismo no Ocidente da Península Ibérica: Contributos para a História da Investigação Arqueológica Luso-Alemã através do Arquivo Leisner (1909-1972)*, ed. por Ana Catarina Sousa, Filipa Bragança, Fernanda Torquato, e Michael Kunst, 635–63. Estudos & Memórias 14. 2020: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Instituto Arqueológico Alemão, Direção-Geral do Património Cultural.

CAMACHO, Clara Frayão (coord.) (2021) - *Grupo de Projeto Museus no Futuro: Relatório Final*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. ISBN: 978-972-776-578-2. Disponível na Internet:<URL:<http://hdl.handle.net/10174/32166>>.

CARVALHO, Ana; MATOS, Alexandre (2018) - Museum Professionals in a Digital World: Insights from a Case Study in Portugal. *Museum International* (Special Issue: Museums in a Digital World) 70 (277–278): 34–47. Disponível na Internet: <URL:<http://hdl.handle.net/10174/24003>>.

CARVALHO, Ana (2011) - *Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o Desenvolvimento de Boas Práticas*. Vol. 28. Biblioteca - Estudos & Colóquios. Lisboa: Edições Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Disponível na Internet:<URL:<https://doi.org/10.4000/books.cidehus.2476>>.

CARVALHO, Ana (2022) - Intangible Cultural Heritage and Public Policies in Portugal - An Overview. *Intangible Cultural Heritage and Digital Image: Portugal-Slovakia Readings*, ed. Milan Konvit, et al., 46–63. Évora: UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know – How: Linking Heritage, University of Évora. Disponível na Internet: <URL:<http://hdl.handle.net/10174/32368>>.

CARVALHO, Ana (2022) - Museums, Intangible Cultural Heritage and Digital Technologies: Exploring Interactions. *Intangible Cultural Heritage and Digital Image: Portugal-Slovakia Readings*, ed. Milan Konvit, et al., 83–97. Évora: UNESCO Chair in Intangible Heritage and Traditional Know – How: Linking Heritage, University of Évora. Disponível na Internet:<URL:<http://hdl.handle.net/10174/32369>>.

CENTRO DE INFORMAÇÃO REGIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EUROPA OCIDENTAL (2018) – “Guia sobre o Desenvolvimento Sustentável – 17 objetivos para transformar o nosso Mundo.” *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível na Internet:<URL:https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf>.

COUNCIL OF EUROPE FRAMEWORK CONVENTION ON THE VALUE OF CULTURAL HERITAGE FOR SOCIETY (2025) - Council of Europe. Europeana. 2010. *The Europeana Public Domain Charter*. Disponível na Internet:<URL:<https://www.europeana.eu/en/rights/public-domain-charter>>.

FILIFE, Graça; SERÔDIO, Conceição; BORGES, Leonor; SILVA, Ana Silva (2021) - Reflexão sobre Políticas Públicas e Gestão de Acervos em Instituições de Memória em Portugal. *Revista MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares* 13. Disponível na Internet:<URL:<https://doi.org/10.4000/midas.2704>>.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo, PAZ, Laurinda (2014) - Os Arquivos das Casas-Museu em Portugal: Um Diagnóstico Preliminar. *Cadernos BAD*, I (junho). Disponível na Internet:<URL:<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11687>>.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO (2010) - “Inquérito – Património Imaterial em Portugal: Arquivos, Agentes, Projectos.” IMC. Não publicado.

NEVES, José Soares, Maria João Lima, and Jorge Alves dos Santos. 2003. *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central*. Observatório das Actividades Culturais, 12, 46-52. Lisboa: OAC e IAN/TT

OLIVEIRA, Luísa Tiago de (2010) - A História Oral em Portugal. *Sociologia: Problemas e Práticas* 63: 139-156. Lisboa: Editora Mundos Sociais. Disponível na Internet:<URL:<https://scielo.pt/pdf/spp/n63/n63a08.pdf>>.

RUIVO, Teresa (2019) - *O Lugar dos Arquivos no Museu - traços de uma Relação* -. Lisboa: Faculdade de Letras. 139 p. Dissertação de mestrado. Disponível na Internet:<URL:<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/41421>>.

SANTOS, Jorge; SERÔDIO, Conceição; FERREIRA, Fernanda Ferreira (eds.) (2017) - *Diagnóstico aos Sistemas*

de Informação nos Museus Portugueses. [n.p.]: Edição do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM). Disponível na Internet:<URL:https://www.bad.pt/noticia/wp-content/uploads/2017/06/GTSIM_DSIM_RelatórioFinal.pdf>.

SEVERO, Marta, CACHAT, Séverine (eds) (2016) - *Patrimoine Culturel Immatériel et Numérique: Transmission, Participation, Enjeux*. Humanités Numériques. Paris: L'Harmattan.

SOUSA, Filomena (2017) - Map of e-Inventories of Intangible Cultural Heritage. *MEMORIAMEDIA review*, 1. Disponível na Internet:<URL:<http://review.memoriamedia.net/index.php/map-of-e-inventories-of-intangible-cultural-heritage>>.

UNESCO (2003) - *Charter on the Preservation of the Digital Heritage*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2003) - *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2021) - *Living Heritage in the Face of COVID-19*. Paris: UNESCO. Disponível na Internet: <URL:<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377671.locale=en>>.

Notas

¹ O projeto InMAP (2023.10222.S4P23) é uma iniciativa do CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora e tem o apoio da Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-fazer Tradicional: Ligando Patrimónios. É financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência no âmbito do programa Science4Policy 2023 (S4P-23): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do PlanAPP, Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública, em parceria com a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

² Consultar a bibliografia anotada do projeto: <https://www.inmap.uevora.pt/recursos-uteis/>

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020